

TRAJETÓRIAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

PRODUCTIVE SPECIALIZATION TRAJECTORIES: A CRITICAL ANALYSIS BASED ON DEVELOPMENT THEORIES

TRAYECTORIAS DE ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA: UN ANÁLISIS CRÍTICO BASADO EN LAS TEORÍAS DEL DESARROLLO

Sandra Cristina Franchikoski¹
Edemar Rotta²
Iara Denise Endruweit Battisti³

RESUMO

O artigo analisa a trajetória de concentração e reconfiguração da produção agrícola de Salvador das Missões/RS, entre 2002 e 2024, a partir de diferentes concepções de desenvolvimento. Trata-se de estudo teórico-empírico, analítico e interpretativo, que articula revisão crítica da literatura e análise de dados secundários da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/SIDRA/IBGE). Foram examinadas as participações relativas dos cultivos na área plantada ou destinada à colheita e calculado o Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI) como medida complementar de concentração. Os resultados mostram que soja, milho e trigo permaneceram predominantes em toda a série, respondendo conjuntamente por 95,50% da área considerada em 2002 e 94,17% em 2024. O HHI passou de 0,389 em 2002 para 0,340 em 2010, atingiu 0,453 em 2016 e recuou para 0,387 em 2024. A trajetória evidencia reconfigurações internas de uma estrutura persistentemente especializada, com períodos de maior concentração e posterior desconcentração relativa, sem diversificação estrutural. A interpretação a partir de Rostow, Furtado e Sen indica que modernização produtiva, concentração, diversificação e desenvolvimento não constituem categorias equivalentes. Conclui-se que alterações na composição produtiva ou no HHI não devem ser tomadas, isoladamente, como evidências de transformação estrutural ou de desenvolvimento.

Palavras-chave: especialização produtiva; desenvolvimento rural; concentração produtiva; agricultura familiar; índice de Herfindahl-Hirschman.

¹Mestre em Políticas Públicas (UNIPAMPA), Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Cerro Largo. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: sandra.franchikoski@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0433-8004>.

²Pós-Doutor em Serviço Social (PUCRS), Doutor em Serviço Social (PUCRS). Professor Associado e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Cerro Largo. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: erotta@uffs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1608-7078>.

³Doutora em Epidemiologia (UFRGS). Docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas e no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Cerro Largo. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: iara.battisti@uffs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9740-4199>.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of concentration and reconfiguration of agricultural production in Salvador das Missões, Rio Grande do Sul, Brazil, between 2002 and 2024, from different conceptions of development. This theoretical-empirical, analytical, and interpretive study combines a critical literature review with the analysis of secondary data from the Municipal Agricultural Production survey (PAM/SIDRA/IBGE). The relative shares of crops in the planted area or area intended for harvest were examined, and the Herfindahl-Hirschman Index (HHI) was calculated as a complementary measure of concentration. The results show that soybeans, corn, and wheat remained predominant throughout the period, jointly accounting for 95.50% of the area considered in 2002 and 94.17% in 2024. The HHI decreased from 0.389 in 2002 to 0.340 in 2010, reached 0.453 in 2016, and declined to 0.387 in 2024. The trajectory reveals internal reconfigurations within a persistently specialized structure, with periods of greater concentration followed by relative deconcentration, without structural diversification. The interpretation based on Rostow, Furtado, and Sen indicates that productive modernization, concentration, diversification, and development are not equivalent categories. It is concluded that changes in productive composition or in the HHI should not, in isolation, be regarded as evidence of structural transformation or development.

Keywords: productive specialization; rural development; productive concentration; family farming; Herfindahl-Hirschman index.

RESUMEN

Este artículo analiza la trayectoria de concentración y reconfiguración de la producción agrícola de Salvador das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil, entre 2002 y 2024, a partir de diferentes concepciones de desarrollo. Se trata de un estudio teórico-empírico, analítico e interpretativo, que articula una revisión crítica de la literatura con el análisis de datos secundarios de la Producción Agrícola Municipal (PAM/SIDRA/IBGE). Se examinaron las participaciones relativas de los cultivos en el área sembrada o destinada a la cosecha y se calculó el Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI) como medida complementaria de concentración. Los resultados muestran que la soja, el maíz y el trigo permanecieron predominantes durante todo el período, representando conjuntamente el 95,50% del área considerada en 2002 y el 94,17% en 2024. El HHI pasó de 0,389 en 2002 a 0,340 en 2010, alcanzó 0,453 en 2016 y descendió a 0,387 en 2024. La trayectoria evidencia reconfiguraciones internas de una estructura persistentemente especializada, con períodos de mayor concentración seguidos de una desconcentración relativa, sin diversificación estructural. La interpretación a partir de Rostow, Furtado y Sen indica que la modernización productiva, la concentración, la diversificación y el desarrollo no constituyen categorías equivalentes. Se concluye que los cambios en la composición productiva o en el HHI no deben considerarse, de forma aislada, como evidencias de transformación estructural o de desarrollo.

Palabras clave: especialización productiva; desarrollo rural; concentración productiva; agricultura familiar; índice de Herfindahl-Hirschman.

Como citar este artigo: FRANCHIKOSKI, Sandra Cristina; ROTTA, Edemar; BATTISTI, Iara Denise Endruweit. Trajetórias de especialização produtiva: uma análise crítica a partir das teorias do desenvolvimento. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 16, p. 731-754, 28 out. 2026. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v16.6067>.

Artigo recebido em: 30/08/2025; **Artigo aprovado em:** 03/10/2026; **Artigo publicado em:** 28/10/2026

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o espaço rural brasileiro tem sido marcado por profundas transformações produtivas, econômicas e sociais associadas à modernização da agricultura, à incorporação de tecnologias e à crescente integração da produção aos mercados (Abramovay, 2000; Schneider, 2003). Nesse processo, a especialização produtiva assumiu papel relevante na organização da agricultura, particularmente por meio da concentração da produção em determinados cultivos e cadeias produtivas (Milverstet; Fachinello, 2019). Embora a especialização possa estar associada à racionalização produtiva e à inserção mercantil, sua relação com o desenvolvimento rural não é necessariamente direta, uma vez que crescimento da produção, modernização e desenvolvimento correspondem a dimensões analiticamente distintas.

Essa distinção torna-se particularmente relevante quando a especialização é analisada em perspectiva longitudinal. Mudanças na participação relativa dos cultivos ou mesmo a redução do grau de concentração não significam, necessariamente, diversificação da estrutura produtiva, uma vez que especialização e diversificação dizem respeito também à distribuição relativa das atividades que compõem essa estrutura (Piedra-Bonilla; Braga; Braga, 2020; Oliveira *et al.*, 2021). Uma agricultura pode manter-se especializada ao longo do tempo e, simultaneamente, apresentar alterações na composição interna de seus principais cultivos. Desse modo, compreender as transformações produtivas exige considerar não apenas a existência ou a variedade de atividades agrícolas, mas sua participação relativa, o grau de concentração da estrutura produtiva e a natureza das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

No Noroeste do Rio Grande do Sul, essas questões assumem particular relevância em razão da trajetória histórica de modernização da agricultura e da presença expressiva da agricultura familiar. A incorporação de novas tecnologias e insumos, a expansão do crédito rural, a atuação das cooperativas e a crescente articulação entre agricultura, indústria e mercados contribuíram para transformar a organização produtiva regional ao longo da segunda metade do século XX (Rotta, 1999; 2007). Inserido nesse contexto, o município de Salvador das Missões constitui um caso analiticamente relevante para observar como uma estrutura agrícola historicamente integrada a essa dinâmica se reconfigura ao longo do tempo.

Estudos anteriores realizados em Salvador das Missões evidenciam a importância da agricultura familiar na estrutura agrária municipal e sua inserção nas dinâmicas produtivas características do Noroeste gaúcho (Thies; Conterato, 2023). No âmbito das famílias pesquisadas longitudinalmente, soja, milho e trigo apresentam relevância entre os principais cultivos comerciais, tendo sido identificadas mudanças no número de produtores, nas áreas cultivadas e na escala média de produção ao longo das primeiras décadas do século XXI (Thies, 2022). Também foram observados, entre 2002 e 2017, aumento da produção de *commodities* e de outros cultivos comerciais e redução da importância absoluta e relativa da produção destinada ao autoconsumo (Thies; Grisa; Gazolla, 2023). Esses estudos oferecem elementos importantes para compreender as transformações da agricultura familiar local. Permanece relevante, contudo, examinar longitudinalmente a composição da estrutura agrícola em escala

municipal e seu grau de concentração, relacionando essas mudanças aos diferentes critérios a partir dos quais o desenvolvimento pode ser compreendido.

A questão que orienta este estudo é, portanto: como a trajetória de concentração e reconfiguração da produção agrícola de Salvador das Missões/RS pode ser interpretada a partir de diferentes concepções de desenvolvimento? Parte-se do entendimento de que indicadores produtivos permitem identificar permanências e mudanças na estrutura agrícola, mas não são suficientes, isoladamente, para caracterizar uma trajetória como desenvolvimento. Essa problemática conduz à distinção entre especialização, concentração, diversificação e modernização e, simultaneamente, ao questionamento dos critérios empregados para atribuir significado às transformações produtivas.

O objetivo geral consiste em analisar a trajetória de concentração e reconfiguração da produção agrícola de Salvador das Missões/RS, entre 2002 e 2024, a partir de diferentes concepções de desenvolvimento. Especificamente, busca-se caracterizar as mudanças na composição da estrutura agrícola municipal ao longo do período; analisar seu grau de concentração por meio da distribuição relativa das áreas entre os cultivos e do Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI); e interpretar as permanências e reconfigurações identificadas a partir das perspectivas da modernização, do desenvolvimento histórico-estrutural e do desenvolvimento como liberdade.

Para tanto, o estudo articula análise quantitativa de dados secundários da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), com uma análise teórica de caráter interpretativo. A perspectiva da modernização, representada por Walt W. Rostow, fornece elementos para discutir racionalização produtiva e integração econômica; as contribuições de Celso Furtado permitem problematizar a natureza das transformações estruturais e as relações entre especialização, dependência e autonomia; e a concepção de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, amplia os critérios de avaliação ao incorporar capacidades e liberdades substantivas. A articulação dessas perspectivas possibilita discutir os limites de se tomar modernização produtiva ou variações nos indicadores de concentração como equivalentes ao desenvolvimento.

Além desta introdução, o artigo apresenta os procedimentos metodológicos e, posteriormente, discute a especialização produtiva e as diferentes concepções de desenvolvimento que fundamentam a matriz interpretativa adotada. Na sequência, contextualiza o processo de modernização agrícola e as transformações produtivas no Noroeste gaúcho, analisa a trajetória da estrutura produtiva agrícola de Salvador das Missões entre 2002 e 2024 e interpreta os resultados a partir das perspectivas teóricas mobilizadas. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados, as contribuições e os limites do estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de caráter teórico-empírico, analítico e interpretativo, desenvolvida mediante a articulação entre revisão crítica da literatura e análise de dados quantitativos secundários. O desenho metodológico compreende duas dimensões complementares: uma teórica, destinada à construção do referencial analítico do estudo, e outra empírica, voltada à análise da trajetória de concentração e reconfiguração da produção agrícola de Salvador das Missões/RS, no período de 2002 a 2024.

Na dimensão teórica, realizou-se uma revisão crítica da literatura, orientada pelo problema de pesquisa e organizada em torno das relações entre desenvolvimento, modernização agrícola, especialização produtiva e desenvolvimento rural. A seleção do referencial teórico foi de natureza intencional, contemplando autores seminais e estudos contemporâneos pertinentes ao objeto investigado. Foram priorizados trabalhos que constituem referências fundadoras das perspectivas teóricas adotadas, que discutem os processos de modernização e desenvolvimento no contexto agrícola e rural e que abordam a especialização produtiva, a agricultura familiar e as transformações dos sistemas produtivos. Como eixos principais de análise, foram mobilizadas a teoria da modernização, a partir de Walt W. Rostow; a perspectiva histórico-estrutural do desenvolvimento, com ênfase nas contribuições de Celso Furtado; e a concepção de desenvolvimento como liberdade, formulada por Amartya Sen. A escolha dessas perspectivas decorre da possibilidade de mobilizar diferentes critérios para a interpretação das transformações produtivas, relacionados, respectivamente, à modernização e à integração econômica; às estruturas de dependência e às possibilidades de transformação e autonomia; e à ampliação das capacidades e liberdades substantivas. A literatura complementar foi utilizada para contextualizar as transformações da agricultura brasileira, da agricultura familiar e dos sistemas produtivos rurais, bem como para subsidiar a interpretação dos resultados empíricos.

A etapa empírica foi desenvolvida como estudo de caso de natureza analítico-interpretativa, tendo Salvador das Missões/RS como unidade de análise. A escolha do município fundamenta-se em sua pertinência histórico-territorial e analítica para a compreensão das transformações associadas à modernização da agricultura. O município insere-se em um contexto regional historicamente marcado pela presença da agricultura de base familiar e pelas transformações produtivas decorrentes do processo de modernização agrícola e de crescente integração às cadeias mercantis. Nesse contexto, a disponibilidade de uma série histórica contínua possibilita observar, em escala municipal, mudanças de longo prazo na composição da produção agrícola e utilizar essa trajetória como base empírica para a discussão de diferentes concepções de desenvolvimento. A seleção de Salvador das Missões não pretende atribuir ao município representatividade estatística em relação ao conjunto da agricultura gaúcha ou brasileira, mas utilizá-lo como caso analiticamente relevante para examinar, em uma trajetória produtiva concreta, as relações entre especialização, modernização e desenvolvimento.

Os dados secundários foram obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Tabela 5457 da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), abrangendo o período de 2002 a 2024 (IBGE, 2025). Para cada ano, foram consideradas as informações referentes à área plantada ou destinada à colheita dos cultivos registrados no município. A utilização das duas denominações acompanha a classificação adotada pela PAM/IBGE, uma vez que a série analisada contempla tanto lavouras temporárias, para as quais se considera a área plantada, quanto lavouras permanentes, para as quais se considera a área destinada à colheita. A escolha dessa variável decorre de sua adequação ao objetivo de analisar a composição da estrutura agrícola, uma vez que permite observar a distribuição relativa da área entre os diferentes cultivos e suas modificações ao longo do tempo. Diferentemente da quantidade produzida ou da produtividade física, a utilização da área possibilita examinar as mudanças na participação dos cultivos na estrutura produtiva sem que o indicador seja diretamente influenciado pelas diferenças de rendimento físico entre as culturas.

Para fins de organização e apresentação dos dados, soja, milho e trigo foram considerados individualmente, em razão de sua participação predominante na estrutura agrícola

municipal, enquanto os demais cultivos registrados na série foram agrupados na categoria “outros cultivos”. Essa categoria compreende alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, caqui, cebola, cevada, erva-mate, feijão, girassol, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, melancia, melão, pera, pêssego, sorgo, tangerina, tomate, triticale e uva. Foram considerados na análise os cultivos que apresentaram área positiva registrada em pelo menos um ano do período 2002–2024; por essa razão, foram desconsiderados centeio, ervilha, fava, maçã e maracujá, que não apresentaram área positiva em nenhum ano da série. A presença desses cultivos varia ao longo da série analisada, de acordo com os registros disponíveis na PAM/SIDRA.

A análise quantitativa foi realizada em duas etapas complementares. Inicialmente, calculou-se a participação relativa individual de cada cultivo no conjunto das áreas plantadas ou destinadas à colheita contabilizadas em cada ano, conforme a expressão $p_i = A_i/A_T$, em que A_i corresponde à área do cultivo i e A_T à soma das áreas dos cultivos considerados no respectivo ano. Esse procedimento permitiu examinar alterações na composição da estrutura produtiva e no peso relativo dos diferentes cultivos ao longo do período. Em seguida, mensurou-se o grau de concentração por meio do Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI), calculado pela soma dos quadrados das participações individuais dos cultivos, conforme a expressão $HHI = \sum_{i=1}^n p_i^2$ em que n corresponde ao número de cultivos considerados. O cálculo considerou os cultivos com área registrada em cada ano da série.

A série temporal foi analisada integralmente, de 2002 a 2024, buscando identificar permanências, mudanças e reconfigurações na composição da estrutura produtiva agrícola. Para fins analítico-descritivos, foram identificados diferentes momentos da trajetória, cuja delimitação não foi estabelecida previamente, mas resultou da leitura conjunta da evolução das participações relativas dos cultivos e do comportamento do HHI ao longo da série. Esse procedimento permitiu distinguir momentos de maior equilíbrio relativo entre os cultivos predominantes, de intensificação da concentração e de posterior reconfiguração da estrutura produtiva, sem pressupor uma trajetória linear de aumento ou redução da especialização.

Por fim, os resultados empíricos foram submetidos a uma análise interpretativa orientada pelas três perspectivas teóricas selecionadas. A teoria da modernização, a partir de Rostow, foi mobilizada para interpretar aspectos relacionados à modernização econômica, à racionalização produtiva e à integração aos mercados; a perspectiva histórico-estrutural de Celso Furtado, para problematizar as relações entre especialização produtiva, transformação estrutural, dependência e autonomia; e a concepção de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, para discutir os limites de se compreender o desenvolvimento exclusivamente a partir do desempenho e da organização produtiva, incorporando à reflexão as capacidades e liberdades substantivas como critérios de avaliação do desenvolvimento. A articulação dessas três perspectivas constituiu a matriz analítica utilizada para interpretar as permanências e reconfigurações identificadas na trajetória agrícola do município, sem atribuir aos indicadores produtivos capacidade de mensurar diretamente dimensões como dependência, autonomia, capacidades ou liberdades.

3 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

3.1 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA

A especialização produtiva constitui uma dimensão relevante das transformações observadas na agricultura contemporânea e pode ser compreendida, em termos da estrutura produtiva, como um processo de concentração da produção em um número mais restrito de atividades ou cultivos (Milverstet; Fachinello, 2019; Piedra-Bonilla; Braga; Braga, 2020). Em contraposição, a diversificação corresponde à ampliação ou à distribuição mais equilibrada das atividades que compõem essa estrutura produtiva (Piedra-Bonilla; Braga; Braga, 2020). A escolha entre especialização e diversificação envolve diferentes estratégias econômicas: enquanto a primeira pode estar associada a ganhos de produtividade, eficiência e economias de escala, a segunda pode contribuir para a redução dos riscos decorrentes da concentração em poucas atividades (Milverstet; Fachinello, 2019; Piedra-Bonilla; Braga; Braga, 2020).

Entretanto, a avaliação das transformações produtivas no meio rural não pode se restringir aos resultados econômicos associados à especialização. Abramovay (2000) ressalta que o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola, envolvendo dimensões territoriais, institucionais e sociais que ultrapassam o desempenho de atividades produtivas isoladas. Na agricultura familiar, essa perspectiva assume especial relevância, uma vez que as estratégias econômicas se articulam às condições de reprodução social das famílias e às características do contexto em que estão inseridas (Schneider, 2003). Ao analisar a pluriatividade, Schneider (2003) demonstra que as unidades familiares podem mobilizar diferentes combinações de atividades agrícolas e não agrícolas e de fontes de renda como estratégias de reprodução social. Desse modo, a especialização da estrutura produtiva agrícola não implica, necessariamente, a especialização de todas as estratégias de reprodução da família, uma vez que atividades e fontes de renda distintas podem coexistir no interior da unidade familiar (Schneider, 2003).

A partir do final da década de 1990 e do início dos anos 2000, a agricultura brasileira passou a vivenciar um novo ciclo de expansão do setor primário-exportador, associado, entre outros fatores, ao aumento da demanda internacional por *commodities* agrícolas (Oderich; Elias; Waquil, 2019). Esse processo, relacionado à denominada “economia do agronegócio”, foi acompanhado pelo crescimento expressivo da produção de soja, carnes, cana-de-açúcar e derivados da silvicultura (Oderich; Elias; Waquil, 2019). Entre esses produtos, a soja assumiu papel central: sua área cultivada no Brasil passou de aproximadamente 14 para 34 milhões de hectares entre 2000 e 2017, ampliando também sua participação nas exportações nacionais (Oderich; Elias; Waquil, 2019). Essas transformações contribuíram para reforçar tendências de especialização produtiva em determinadas regiões e territórios, particularmente em áreas integradas às cadeias de *commodities* e aos mercados externos (Milverstet; Fachinello, 2019).

A expansão das *commodities* agrícolas também repercute sobre as dinâmicas territoriais, uma vez que sua crescente participação nas economias locais pode estar associada a mudanças na organização produtiva e nas relações econômicas e sociais dos municípios (Oderich; Elias; Waquil, 2019). Nesse debate, coexistem diferentes interpretações acerca dos efeitos do agronegócio: enquanto determinados discursos enfatizam sua contribuição para o crescimento econômico, o progresso e o desenvolvimento, abordagens críticas questionam a correspondência automática entre dinamismo produtivo e melhoria das condições sociais (Oderich; Elias; Waquil, 2019). No Rio Grande do Sul, Oderich, Elias e Waquil (2019)

identificaram que municípios com maior participação da soja em suas economias apresentaram, no período analisado, indicadores menos favoráveis de desenvolvimento humano e maior concentração de renda, além de redução demográfica. Os autores ressaltam, contudo, que tais resultados expressam associações e não permitem atribuir essas dinâmicas exclusivamente à presença da *commodity*.

No campo das políticas públicas, as transformações do meio rural brasileiro também se expressaram pela coexistência de diferentes referenciais de intervenção sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Grisa e Schneider (2015) identificam três gerações de políticas públicas: uma primeira marcada pelo referencial agrícola e agrário; uma segunda orientada por políticas sociais e assistenciais; e uma terceira voltada à construção de mercados, à segurança alimentar e nutricional e à sustentabilidade. Segundo os autores, esses referenciais não se sucederam de forma estritamente linear, mas passaram a coexistir e disputar espaço nas arenas públicas, refletindo diferentes concepções sobre o papel da agricultura familiar e sobre os próprios sentidos do desenvolvimento rural (Grisa; Schneider, 2015).

Favareto (2010) destaca a emergência da abordagem territorial como tentativa de superar a compreensão estritamente setorial do desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, as dinâmicas do meio rural não se restringem à produção agropecuária, mas envolvem relações econômicas, sociais e institucionais articuladas em diferentes escalas territoriais (Favareto, 2010). Contudo, o autor resalta que a incorporação dessa abordagem às políticas públicas não significou, necessariamente, uma ruptura com os referenciais anteriores, caracterizando-se, em muitos casos, como uma “inovação por adição”, na qual novas concepções convivem com estruturas institucionais e formas de intervenção herdadas de modelos precedentes (Favareto, 2010). Essa interpretação permite compreender a coexistência entre políticas orientadas por uma perspectiva territorial e instrumentos ainda vinculados a lógicas predominantemente setoriais e produtivas.

Costamagna (2015) amplia essa discussão ao enfatizar a construção de capacidades como elemento central dos processos de desenvolvimento territorial. Para o autor, o desenvolvimento não depende apenas da disponibilidade de recursos ou do desempenho produtivo, mas também da capacidade dos atores locais de construir visões compartilhadas, articular instituições, estabelecer processos de diálogo e participar da definição das estratégias que afetam o território. Nessa perspectiva, o desenvolvimento territorial constitui um processo social e político no qual a participação dos atores e o fortalecimento das capacidades locais assumem papel fundamental na construção de trajetórias coletivas de mudança (Costamagna, 2015).

As transformações associadas à expansão das *commodities* agrícolas também suscitam questões relacionadas à segurança alimentar. No Rio Grande do Sul, Oderich, Elias e Waquil (2019) identificaram, entre 2000 e 2017, movimentos distintos na ocupação das áreas agrícolas: enquanto cultivos como soja, silvicultura e fumo ampliaram sua participação, produtos tradicionalmente destinados à alimentação, como feijão, milho, mandioca e batata, apresentaram redução de área. A partir dessas mudanças, os autores problematizam possíveis implicações da expansão do agronegócio para a disponibilidade de alimentos e para a segurança alimentar, sem que os resultados permitam estabelecer uma relação causal direta entre esses processos (Oderich; Elias; Waquil, 2019).

As mudanças na composição produtiva também podem repercutir sobre dimensões que ultrapassam o desempenho econômico, entre elas as relações entre produção, alimentação e cultura nos territórios rurais. No âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar, Grisa e Schneider (2015) evidenciam a incorporação de referenciais relacionados à construção de mercados, à segurança alimentar e nutricional e à sustentabilidade. Os autores destacam, entre essas iniciativas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que contribuiu para a criação e o fortalecimento de mercados para a agricultura familiar e para a articulação entre produção e consumo (Grisa; Schneider, 2015). Nesse contexto, a valorização da diversidade produtiva e da produção local permite compreender a produção agrícola não apenas por sua dimensão econômica, mas também por suas relações sociais, territoriais e alimentares.

A análise da especialização produtiva não pode, portanto, restringir-se aos seus resultados econômicos ou ao desempenho da produção. Como indicam as abordagens do desenvolvimento rural e territorial discutidas nesta seção, as transformações da estrutura produtiva estão inseridas em processos históricos, sociais e institucionais mais amplos (Abramovay, 2000; Favareto, 2010; Costamagna, 2015). Seus significados dependem, ainda, dos critérios utilizados para definir e avaliar o próprio desenvolvimento. Nesse sentido, diferentes teorias do desenvolvimento oferecem lentes distintas para interpretar as relações entre modernização, crescimento, especialização produtiva e desenvolvimento rural, permitindo problematizar em que medida avanços produtivos e maior integração aos mercados podem ser tomados como evidências de desenvolvimento.

3.2 MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A PERSPECTIVA DE ROSTOW

A teoria da modernização constituiu uma das principais formulações sobre o desenvolvimento econômico no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Fundamentada em pressupostos associados ao progresso, à racionalização e ao crescimento econômico, essa abordagem concebia o desenvolvimento como um processo de transformação pelo qual as sociedades avançariam de estruturas consideradas tradicionais em direção a formas modernas de organização econômica e social, tomando como referência a trajetória dos países industrializados (Rostow, 1960). Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento era interpretado como uma condição transitória, passível de superação mediante transformações associadas à industrialização, à incorporação tecnológica, à ampliação dos investimentos e à modernização das estruturas econômicas e sociais (Rostow, 1960).

Em *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista*, Rostow (1960) sistematiza essa concepção ao propor cinco estágios: sociedade tradicional, pré-condições para a decolagem, decolagem, marcha para a maturidade e era do consumo em massa. A trajetória entre esses estágios seria marcada pela progressiva incorporação de tecnologias, ampliação dos investimentos, aumento da produtividade e transformação das estruturas econômicas e sociais (Rostow, 1960). Nesse processo, estruturas consideradas tradicionais dariam lugar a formas de organização produtiva caracterizadas por maior capacidade de investimento, avanço tecnológico e expansão da produção orientada ao mercado. O desenvolvimento é concebido, portanto, como uma trajetória progressiva de modernização e crescimento econômico (Rostow, 1960).

Na perspectiva de Rostow (1960), o avanço das sociedades está associado à transformação das estruturas produtivas, à incorporação do conhecimento científico e tecnológico, à ampliação dos investimentos e ao crescimento da produção orientada ao mercado. Quando mobilizada para interpretar o meio rural, essa concepção permite compreender a modernização agrícola como parte de um processo mais amplo de transformação econômica, no qual a incorporação de tecnologias, a elevação da produtividade e a maior integração aos mercados podem ser interpretadas como sinais de afastamento em relação às estruturas produtivas consideradas tradicionais. Sob essa ótica, mudanças na organização da produção agrícola podem ser analisadas como componentes de uma trajetória mais ampla de modernização econômica.

No Brasil, esse processo de modernização adquiriu expressão particular no espaço rural, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, mediante políticas destinadas à incorporação da agricultura ao processo de transformação econômica do país. A atuação estatal envolveu instrumentos de pesquisa e difusão tecnológica, crédito rural, políticas de garantia da atividade e estímulos à adoção de novas técnicas e insumos, contribuindo para modificar as formas de organização da produção agrícola e ampliar sua articulação com a economia industrial e os mercados (Rotta, 1999). A modernização agrícola brasileira constituiu, assim, parte de um processo mais amplo de transformação das estruturas produtivas, no qual o Estado desempenhou papel relevante na criação das condições institucionais e econômicas para sua expansão (Rotta, 1999).

No âmbito da agricultura, a modernização associada à Revolução Verde caracterizou-se pela incorporação de tecnologias, insumos industriais, crédito e novas técnicas de produção orientadas ao aumento da produtividade e à maior articulação da agricultura com a economia industrial e os mercados (Rotta, 1999). Embora esse processo não implique necessariamente especialização produtiva, em determinados contextos a busca por ganhos de escala e competitividade e a inserção em cadeias de *commodities* podem favorecer a concentração da produção em um conjunto mais restrito de atividades (Milverstet; Fachinello, 2019). Modernização e especialização constituem, portanto, processos conceitualmente distintos, embora possam se apresentar articulados em determinadas trajetórias agrícolas.

A concepção linear do desenvolvimento formulada por Rostow apresenta, contudo, limites para a interpretação de sociedades com trajetórias históricas distintas. Ao tomar como referência o percurso dos países industrializados, o modelo concebe o subdesenvolvimento como uma condição passível de superação pela passagem sucessiva por etapas de crescimento e transformação econômica e social (Rostow, 1960). Essa formulação oferece menor espaço analítico para considerar as condições históricas e estruturais que diferenciam as trajetórias das economias centrais e periféricas. Por essa razão, indicadores associados à modernização produtiva, como avanço tecnológico, crescimento da produção e maior integração aos mercados, não são suficientes, isoladamente, para explicar as condições históricas em que essas transformações ocorrem nem a forma como seus resultados são socialmente apropriados e distribuídos.

A partir da perspectiva da modernização, transformações associadas à incorporação tecnológica, ao aumento da produtividade e à crescente integração da agricultura aos mercados podem ser interpretadas como expressões de avanço das estruturas produtivas (Rostow, 1960). A especialização produtiva, quando articulada à racionalização da produção, à busca por ganhos de escala e à inserção mercantil, pode integrar esse processo, embora não constitua, por si só,

um indicador de desenvolvimento. A perspectiva de Rostow oferece, portanto, uma lente para interpretar determinadas dimensões da modernização econômica e social, mas não contempla suficientemente as especificidades históricas e estruturais das diferentes trajetórias de desenvolvimento. É justamente sobre essas dimensões que a abordagem histórico-estrutural de Celso Furtado permite avançar.

3.3 DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL: A PERSPECTIVA DE CELSO FURTADO

Enquanto a perspectiva da modernização concebe o desenvolvimento como um processo progressivo de transformação das estruturas produtivas, econômicas e sociais, a abordagem histórico-estrutural de Celso Furtado oferece uma interpretação distinta das relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Para Furtado (1986), o subdesenvolvimento não corresponde simplesmente a uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas constitui uma formação histórica específica, resultante das formas assumidas pela expansão do capitalismo e pela inserção das economias periféricas nesse processo. Essa interpretação desloca a análise do desempenho econômico isolado para as condições históricas e estruturais em que o crescimento e a modernização ocorrem, permitindo problematizar as relações entre transformação produtiva, especialização e desenvolvimento (Furtado, 1986).

Na perspectiva histórico-estrutural de Furtado (1986), o subdesenvolvimento não pode ser compreendido apenas como insuficiência de capital, tecnologia ou crescimento econômico, uma vez que se relaciona à constituição de estruturas econômicas e sociais específicas. As desigualdades internas e as formas de inserção das economias periféricas no sistema econômico internacional assumem, nessa abordagem, papel relevante para compreender a reprodução do subdesenvolvimento (Furtado, 1986). Desse modo, processos de crescimento e modernização podem ocorrer sem produzir transformações estruturais suficientes para superar as características que historicamente condicionam essas economias.

Essa perspectiva oferece elementos para problematizar estruturas produtivas fortemente orientadas aos mercados externos. No âmbito da agricultura, a expansão das commodities pode modificar a participação dos cultivos na estrutura produtiva e reconfigurar a distribuição das áreas agrícolas. No Rio Grande do Sul, Oderich, Elias e Waquil (2019) identificaram, entre 2000 e 2017, expansão da área destinada a produtos como soja, silvicultura e fumo, paralelamente à redução da área de alguns cultivos tradicionalmente destinados à alimentação, como feijão, milho, mandioca e batata. À luz da perspectiva furtadiana, essas transformações podem ser interrogadas não apenas quanto ao crescimento da produção ou à ampliação de sua inserção mercantil, mas também quanto à natureza das mudanças estruturais que as acompanham (Furtado, 1986; 2000).

Aplicada à análise da especialização produtiva, essa abordagem coloca uma questão distinta daquela privilegiada pela perspectiva da modernização. Mais do que verificar se determinada estrutura agrícola se tornou tecnologicamente mais eficiente ou integrada aos mercados, interessa examinar a natureza e o alcance das mudanças ocorridas em sua composição. Alterações na participação relativa dos diferentes cultivos não significam, necessariamente, diversificação estrutural, sobretudo quando a produção permanece concentrada em um conjunto restrito de atividades. Essa distinção constitui uma aplicação da

perspectiva histórico-estrutural ao objeto deste estudo e permite diferenciar mudanças na composição interna da produção de transformações mais amplas de sua estrutura.

Furtado (2000) questiona a identificação do desenvolvimento com a simples expansão dos indicadores econômicos. Nessa perspectiva, crescimento econômico e desenvolvimento não constituem processos equivalentes, uma vez que o desenvolvimento pressupõe transformações que ultrapassam a expansão da produção e repercutem sobre a organização econômica e social e sobre as condições de vida da população (Furtado, 2000). Assim, uma economia pode apresentar dinamismo produtivo e crescente integração aos mercados sem que essas mudanças representem, necessariamente, a superação das estruturas que reproduzem desigualdades e condicionam suas possibilidades de desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, a avaliação de uma trajetória de especialização produtiva não pode se limitar aos possíveis ganhos de eficiência, produtividade ou inserção mercantil. A contribuição de Furtado direciona a atenção para a natureza das transformações associadas ao crescimento e para as condições históricas e estruturais em que ocorre a inserção econômica (Furtado, 1986; 2000). Uma estrutura agrícola persistentemente concentrada em poucas atividades não constitui, por si só, evidência de dependência ou subdesenvolvimento. Entretanto, sua trajetória pode ser analisada à luz da perspectiva furtadiana, interrogando-se se as mudanças observadas representam transformações mais amplas da estrutura produtiva ou apenas reconfigurações internas de uma estrutura que permanece especializada.

A perspectiva furtadiana permite, portanto, deslocar a análise da especialização produtiva dos resultados estritamente associados ao crescimento, à produtividade e à inserção mercantil para a natureza das transformações estruturais que acompanham esses processos (Furtado, 1986; 2000). Para os propósitos deste estudo, essa distinção é particularmente importante: mudanças na participação relativa dos cultivos ou mesmo uma redução do grau de concentração não serão tomadas, isoladamente, como evidências de diversificação estrutural ou de desenvolvimento. Esses indicadores permitem identificar permanências e reconfigurações da estrutura agrícola, enquanto sua interpretação em termos de desenvolvimento exige considerar dimensões que ultrapassam aquilo que os dados produtivos, por si só, são capazes de demonstrar.

3.4 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: A PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN

As perspectivas da modernização e do estruturalismo oferecem critérios distintos para interpretar as transformações das estruturas produtivas e suas relações com o desenvolvimento. A abordagem de Amartya Sen amplia esse debate ao deslocar o foco da avaliação do desenvolvimento dos resultados econômicos considerados isoladamente para as oportunidades e liberdades substantivas de que as pessoas dispõem (Sen, 2010). Nessa perspectiva, crescimento econômico, aumento da produtividade e disponibilidade de recursos podem constituir meios importantes para o desenvolvimento, mas não são suficientes, por si só, para caracterizá-lo (Sen, 2010).

Para Sen (2010), o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas, relacionadas às oportunidades efetivas de viver de acordo com aquilo que têm razões para valorizar. Nessa concepção, renda, crescimento econômico, avanço tecnológico e disponibilidade de recursos constituem meios potencialmente

relevantes, mas sua importância deve ser avaliada em função das oportunidades que contribuem para ampliar. O foco da análise desloca-se, portanto, dos recursos e resultados econômicos considerados como fins em si mesmos para as possibilidades efetivas de escolha e realização de que as pessoas dispõem (Sen, 2010).

Quando mobilizada para interpretar as transformações produtivas rurais, essa perspectiva impede que o desenvolvimento seja inferido exclusivamente a partir do desempenho da produção, da modernização ou da maior integração aos mercados. Uma trajetória de transformação produtiva pode ampliar recursos e oportunidades econômicas, mas a avaliação de seu significado para o desenvolvimento exige considerar em que medida essas mudanças se relacionam à ampliação das possibilidades efetivas de escolha das pessoas. Trata-se, neste artigo, de uma aplicação interpretativa da concepção de desenvolvimento como liberdade, sem pressupor que determinada configuração da estrutura agrícola produza, necessariamente, ampliação ou restrição das liberdades substantivas.

A contribuição de Sen permite, portanto, problematizar a equivalência entre desempenho produtivo e desenvolvimento. Indicadores de produtividade, modernização, inserção mercantil ou concentração da estrutura agrícola informam dimensões relevantes das transformações econômicas, mas não permitem, isoladamente, avaliar as capacidades e liberdades substantivas das pessoas (Sen, 2010). No âmbito deste estudo, essa perspectiva funciona como uma lente interpretativa para explicitar os limites dos indicadores produtivos utilizados: os dados analisados permitem caracterizar mudanças na composição e na concentração da produção agrícola, mas não mensurar diretamente seus efeitos sobre as capacidades, as oportunidades efetivas de escolha ou as liberdades substantivas da população.

3.5 MATRIZ INTERPRETATIVA DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

As três perspectivas teóricas mobilizadas neste estudo oferecem critérios distintos para interpretar as relações entre especialização produtiva e desenvolvimento. Mais do que estabelecer uma comparação exaustiva entre as formulações de Rostow, Furtado e Sen, busca-se utilizá-las como lentes analíticas capazes de evidenciar diferentes dimensões das transformações da estrutura produtiva agrícola. A trajetória de Salvador das Missões/RS é, assim, examinada a partir de três questões complementares: como as mudanças observadas podem ser compreendidas no contexto de uma agricultura historicamente modernizada e integrada aos mercados; em que medida essas mudanças representam alterações mais amplas da estrutura produtiva ou reconfigurações internas da especialização; e quais são os limites de interpretar indicadores produtivos como evidências suficientes de desenvolvimento. O Quadro 1 denota os elementos básicos dos respectivos focos analíticos e das questões que orientam a interpretação dos resultados.

Quadro 1 – Matriz interpretativa da especialização produtiva.

Perspectiva	Foco analítico	Leitura da especialização	Questão orientadora
Rostow – Modernização	Modernização das estruturas produtivas, avanço tecnológico e orientação da produção para o mercado	A especialização pode se apresentar articulada a processos de racionalização produtiva, ganhos de escala e inserção mercantil	Como as transformações observadas podem ser interpretadas no contexto de uma agricultura historicamente modernizada e integrada aos mercados?
Furtado – Estruturalismo	Natureza e alcance das transformações estruturais e formas de inserção econômica	Mudanças na concentração devem ser examinadas quanto à capacidade de alterar ou reproduzir uma estrutura persistentemente especializada	As mudanças observadas representam diversificação estrutural ou reconfigurações internas da especialização?
Sen – Desenvolvimento como liberdade	Capacidades e liberdades substantivas como critérios de avaliação do desenvolvimento	Desempenho e configuração produtiva não são suficientes, isoladamente, para caracterizar o desenvolvimento	Até que ponto os indicadores produtivos permitem (e não permitem) avaliar o desenvolvimento?

Fonte: Elaboração própria, com base em Rostow (1960), Furtado (1986; 2000) e Sen (2010).

Na perspectiva da modernização, representada por Rostow (1960), assumem relevância transformações associadas ao avanço tecnológico, à ampliação dos investimentos, ao crescimento da produtividade e à orientação da produção para o mercado. Quando mobilizada para a interpretação da agricultura, essa perspectiva permite situar a especialização produtiva no contexto mais amplo dos processos de modernização, racionalização da produção e crescente inserção mercantil. No presente estudo, entretanto, os indicadores utilizados não mensuram diretamente tecnologia, produtividade ou integração aos mercados. A perspectiva de Rostow é empregada, portanto, como referência para interpretar a trajetória produtiva em articulação com o contexto histórico de modernização agrícola apresentado no estudo.

A perspectiva histórico-estrutural de Furtado (1986; 2000), por sua vez, desloca a atenção para a natureza e o alcance das transformações que acompanham o crescimento e a modernização. Aplicada ao objeto deste estudo, essa abordagem permite distinguir alterações na composição da produção de transformações mais amplas da estrutura produtiva. A permanência da concentração em um conjunto restrito de atividades constitui, nessa leitura, um elemento relevante para problematizar o alcance das mudanças observadas, sem que a concentração produtiva seja tomada, isoladamente, como evidência de dependência ou subdesenvolvimento.

A perspectiva de Sen (2010) amplia os critérios de avaliação ao conceber o desenvolvimento em termos de expansão das liberdades substantivas e das oportunidades efetivas de que as pessoas dispõem. Sob essa ótica, crescimento econômico, produtividade, modernização e disponibilidade de recursos podem constituir meios relevantes para o desenvolvimento, mas não permitem, por si sós, determinar sua ocorrência. No presente estudo, essa perspectiva não é utilizada para mensurar capacidades ou liberdades da população de Salvador das Missões, uma vez que os dados empregados não permitem essa avaliação. Sua função analítica consiste em explicitar os limites de interpretar indicadores da estrutura produtiva como indicadores suficientes de desenvolvimento.

A articulação dessas perspectivas permite analisar a especialização produtiva sem pressupor uma relação linear entre concentração, modernização e desenvolvimento. Aumento

ou redução da concentração, assim como mudanças na participação relativa dos cultivos, devem ser interpretados considerando a composição da estrutura produtiva e a permanência ou alteração das atividades predominantes. Desse modo, uma redução da concentração não é considerada, automaticamente, evidência de diversificação estrutural, assim como maior concentração não permite concluir, isoladamente, pela existência de dependência, subdesenvolvimento ou restrição das liberdades substantivas. A matriz interpretativa adotada busca, portanto, distinguir modernização produtiva, concentração, reconfiguração da especialização, transformação estrutural e desenvolvimento, evitando tratá-los como processos equivalentes.

4 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS NO NOROESTE GAÚCHO

No Noroeste do Rio Grande do Sul, o processo de modernização agrícola assumiu características particulares. Rotta (1999) descreve que, antes de sua intensificação, a organização econômica e social regional estava fortemente vinculada à agricultura familiar, à policultura, à pequena agroindústria, ao pequeno comércio e à prestação de serviços articulados às comunidades rurais. Embora existissem relações com o mercado, este não determinava exclusivamente as formas de reprodução social das famílias (Rotta, 1999). A partir da segunda metade do século XX, esse padrão passou por importantes transformações, que repercutiram sobre a estrutura produtiva, as instituições e as relações socioculturais da região (Rotta, 1999).

A partir da década de 1950, a crise do padrão de reprodução então predominante na região, associada, entre outros fatores, ao esgotamento das terras e às dificuldades de manutenção das unidades familiares, contribuiu para movimentos migratórios em direção a outras áreas do país. Para as famílias que permaneceram, a modernização agrícola passou a constituir uma das principais alternativas de reorganização produtiva. Na região, esse processo foi impulsionado por iniciativas como a “Operação Tatú”⁴, pela atuação das cooperativas tritícolas e pela política agrícola federal vinculada aos princípios da Revolução Verde⁵. A incorporação de novas tecnologias, insumos, crédito e formas de organização da produção promoveu mudanças expressivas na estrutura produtiva regional e ampliaram sua integração aos mercados (Rotta, 1999).

A modernização não se restringiu às mudanças técnicas na produção agrícola, alcançando também as formas de organização econômica e institucional da região. Rotta (2007)

⁴ Um projeto de recuperação da fertilidade do solo, que iniciou por sugestão da Associação Rural de Santa Rosa, contando com a participação da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a orientação de especialistas em solo da Universidade de Wisconsin através do convênio UFRGS-USAID (United States Agency for International Development). Consistia em realizar a análise do solo e sua correção através da aplicação de calcário e adubo químico, combinadas com novas técnicas de cultivo, manuseio do solo e seleção de sementes. Com isso buscava-se melhorar a produtividade dos alimentos básicos para o suíno, especialmente o milho, mas acabou sendo determinante para a expansão da produção da soja em escala comercial. O projeto iniciado na região de Santa Rosa se expandiu rapidamente por todo o noroeste do RS. Maiores detalhes podem ser vistos em Rotta (1999).

⁵ A Revolução Verde correspondeu à difusão de um modelo de modernização agrícola baseado na incorporação de tecnologias, mecanização, sementes melhoradas, fertilizantes e outros insumos industriais, apoiado por políticas de crédito, pesquisa e assistência técnica. No Brasil, esse processo foi impulsionado pela atuação estatal e contribuiu para ampliar a produtividade e a integração da agricultura aos mercados e às cadeias agroindustriais (Rotta, 1999).

destaca que esse processo foi acompanhado pela crescente racionalização das relações produtivas e institucionais, pela expansão de organizações formais, como cooperativas, sindicatos e associações profissionais, e pela incorporação de novos padrões de trabalho e gestão. Desse modo, a modernização agrícola integrou-se a transformações mais amplas na organização regional, aproximando as atividades rurais de formas de coordenação econômica e institucional cada vez mais vinculadas à inserção mercantil.

A modernização agrícola também esteve articulada ao processo de agroindustrialização regional. A expansão das atividades de processamento de alimentos e da indústria de máquinas e implementos agrícolas contribuiu para fortalecer os vínculos entre agricultura e indústria e ampliar a agregação de valor à produção. Nesse processo, destacaram-se segmentos relacionados ao processamento de grãos, carnes e leite, bem como à fabricação de equipamentos agrícolas, acompanhados pela entrada de capital e tecnologia de empresas nacionais e internacionais na região (Rotta, 2007).

As transformações associadas à modernização agrícola também se expressaram na configuração dos sistemas produtivos de Salvador das Missões, município inserido na dinâmica agrícola do Noroeste gaúcho. A agricultura familiar apresenta participação expressiva no município, correspondendo a 86,19% dos estabelecimentos agropecuários, ocupando 75,16% das áreas rurais e respondendo por 75,29% do valor da produção agrícola (Thies; Conterato, 2023). Seus sistemas produtivos combinam diferentes atividades, com presença destacada da produção de grãos e leite, características que aproximam o município da dinâmica produtiva observada regionalmente (Thies; Conterato, 2023). Estudos realizados no município também evidenciam a crescente importância das atividades comerciais e das commodities nas trajetórias das unidades familiares. Entre 2002 e 2017, soja, trigo e milho figuraram entre os principais cultivos comerciais das famílias pesquisadas, observando-se, particularmente para soja e trigo, redução do número de produtores simultaneamente ao aumento da área cultivada e do tamanho médio das lavouras por família (Thies, 2022).

Essas mudanças sugerem que a trajetória recente da agricultura municipal combina permanências e reconfigurações de uma estrutura produtiva fortemente vinculada aos cultivos comerciais. Dados analisados por Thies (2020) mostram que soja, milho e trigo responderam conjuntamente por aproximadamente 95% a 98% da área das lavouras temporárias do município entre 2002 e 2017, evidenciando a elevada participação desses cultivos na ocupação agrícola. Em análise longitudinal de 58 famílias de Salvador das Missões, Thies, Grisa e Gazolla (2023) também identificaram, entre 2002 e 2017, incremento da produção de *commodities* e de outros cultivos comerciais. Esses antecedentes tornam o município um caso particularmente pertinente para examinar como uma estrutura agrícola historicamente inserida no processo de modernização e integração mercantil se reconfigurou no período recente. A análise da evolução da composição e da concentração da produção agrícola municipal entre 2002 e 2024, apresentada na seção seguinte, permite aprofundar essa questão.

5 TRAJETÓRIA DA ESTRUTURA PRODUTIVA AGRÍCOLA DE SALVADOR DAS MISSÕES/RS (2002–2024)

A análise da estrutura produtiva agrícola de Salvador das Missões entre 2002 e 2024 evidencia a permanência de uma configuração fortemente concentrada em um conjunto restrito

de cultivos, acompanhada, contudo, por mudanças na participação relativa das principais atividades ao longo do período. Considerando a área plantada ou destinada à colheita contabilizada entre os diferentes cultivos, soja, milho e trigo mantiveram posição predominante em toda a série analisada. Em 2002, essas três culturas respondiam conjuntamente por 95,50% da área considerada, participação que permaneceu elevada nos anos subsequentes e alcançou 94,17% em 2024 (IBGE, 2025). A continuidade dessa predominância indica que as mudanças ocorridas no período se deram, em grande medida, no interior de uma estrutura produtiva já fortemente orientada para esses cultivos.

A composição interna desse conjunto dominante, entretanto, apresentou alterações relevantes. Em 2002, a soja correspondia a 55,07% da área plantada ou destinada à colheita considerada na análise, enquanto o trigo representava 24,61% e o milho 15,82%. Os demais cultivos, agregados na categoria “outros”, correspondiam a 4,50%. Em 2010, observou-se uma distribuição relativamente mais equilibrada entre os três principais cultivos: a participação relativa da soja passou para 46,52%, enquanto o milho alcançou 30,10% e o trigo correspondeu a 18,06%. A categoria “outros”, embora tenha aumentado ligeiramente sua participação, permaneceu reduzida, representando 5,32% da estrutura agrícola analisada (IBGE, 2025).

A partir de meados da década de 2010, verificou-se nova reconfiguração da composição produtiva, marcada sobretudo pelo aumento da participação relativa da soja. Em 2015, esse cultivo passou a representar 60,20% da área considerada, alcançando 62,49% em 2016. No mesmo ano, o milho representava 14,28% e o trigo 20,53%, enquanto os demais cultivos correspondiam a 2,70%. Em 2017, a soja manteve participação próxima de 60%, com 59,57%, acompanhada pelo trigo, com 19,86%, e pelo milho, com 18,05% (IBGE, 2025). Esses resultados evidenciam que, entre 2014 e 2017, ocorreu uma intensificação da concentração relativa da estrutura produtiva, com ampliação da participação da soja.

A trajetória também pode ser observada por meio do Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI), empregado como medida complementar da concentração da estrutura produtiva. Valores mais elevados do índice indicam maior concentração da área entre um número reduzido de cultivos, enquanto valores menores correspondem a uma distribuição relativamente mais equilibrada. Em Salvador das Missões, o HHI, calculado pelos autores a partir dos dados do IBGE (2025), apresentou oscilações ao longo do período, passando de 0,389 em 2002 para 0,340 em 2010, menor valor da série. A partir de então, o indicador voltou a crescer, atingindo 0,415 em 2014, 0,435 em 2015 e 0,453 em 2016, seu valor máximo. Em 2017, o índice recuou para 0,427 e, nos anos subsequentes, apresentou redução em relação ao pico de 2016, embora com oscilações ao longo do período.

Entre 2018 e 2024, observa-se uma redução relativa da concentração quando comparada ao pico registrado em 2016, embora acompanhada por oscilações ao longo do período e sem retorno ao menor nível observado em 2010. O HHI passou de 0,388 em 2018 para 0,396 em 2020 e 0,401 em 2021, recuando para 0,393 em 2022, passando para 0,399 em 2023 e alcançando 0,387 em 2024, conforme cálculos dos autores a partir dos dados do IBGE (2025). No último ano da série, a soja respondeu por 54,25% da área analisada, o trigo por 27,64% e o milho por 12,28%, enquanto os demais cultivos representaram 5,83% (IBGE, 2025). Assim, embora a participação relativa da soja tenha diminuído em relação a 2016, a desconcentração observada ocorreu principalmente mediante uma redistribuição interna entre os cultivos predominantes, com aumento da participação relativa do trigo. A Tabela 1 sintetiza essas

mudanças em anos selecionados da série, apresentando a participação relativa dos principais cultivos e a evolução do HHI.

Tabela 1 – Participação dos principais cultivos na área plantada ou destinada à colheita e Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI) em Salvador das Missões/RS, anos selecionados, 2002–2024

Ano	Milho (%)	Soja (%)	Trigo (%)	Outros (%)	Soja + milho + trigo (%)	HHI
2002	15,82	55,07	24,61	4,50	95,50	0,389
2010	30,10	46,52	18,06	5,32	94,68	0,340
2015	13,76	60,20	23,22	2,82	97,18	0,435
2016	14,28	62,49	20,53	2,70	97,30	0,453
2017	18,05	59,57	19,86	2,53	97,47	0,427
2024	12,28	54,25	27,64	5,83	94,17	0,387

Fonte: Elaboração dos autores a partir da Tabela 5457 da PAM/SIDRA (IBGE, 2025).

Nota: Os percentuais correspondem à participação de cada grupo de cultivos no total da área plantada ou destinada à colheita contabilizada entre os cultivos analisados. A categoria “outros cultivos” reúne os demais cultivos registrados no município, conforme especificado nos procedimentos metodológicos. O HHI foi calculado a partir das participações individuais dos cultivos considerados na análise em cada ano.

A coexistência entre variedade de cultivos e concentração produtiva torna-se evidente quando se considera o número de cultivos com área registrada no município. Ao longo da série, Salvador das Missões manteve número relativamente elevado de cultivos, com 22 registros em 2002, 26 em 2010, 21 em 2016 e 23 em 2024 (IBGE, 2025). A presença de mais de vinte cultivos, entretanto, não correspondeu a uma distribuição equilibrada da área entre eles. Mesmo em 2024, quando foram registrados 23 cultivos, soja, milho e trigo concentravam conjuntamente 94,17% da área considerada (IBGE, 2025). Dessa forma, a diversidade em termos de número de cultivos coexistiu com elevada concentração da estrutura produtiva em poucas culturas.

Considerada em perspectiva longitudinal, a trajetória permite identificar três momentos descritivos. Entre 2002 e 2013, predominou uma estrutura persistentemente concentrada, porém com maior equilíbrio relativo entre os principais cultivos em determinados anos, situação expressa pelo menor HHI observado em 2010. Entre 2014 e 2017, ocorreu uma intensificação da concentração, acompanhada pela ampliação da participação relativa da soja e pelo valor máximo do HHI em 2016. A partir de 2018, observa-se uma terceira configuração, marcada por desconcentração relativa e redistribuição da participação entre os cultivos dominantes, sem que isso tenha resultado na superação da predominância de soja, milho e trigo. Em 2024, o HHI alcançou 0,387, valor muito próximo ao registrado em 2002 (0,389), embora a distribuição relativa da área entre os principais cultivos fosse distinta nos dois momentos (IBGE, 2025; cálculos dos autores).

Os resultados evidenciam, portanto, que a trajetória agrícola de Salvador das Missões entre 2002 e 2024 não pode ser descrita simplesmente como uma passagem de uma estrutura diversificada para outra especializada. A concentração em soja, milho e trigo já era elevada no início do período e permaneceu como característica estrutural ao longo de toda a série. O que se observa são reconfigurações internas de uma estrutura já especializada, com períodos de maior equilíbrio relativo entre os cultivos predominantes, intensificação da concentração e posterior desconcentração relativa. Nesse sentido, mudanças na participação dos cultivos e oscilações do HHI expressam reconfigurações da estrutura produtiva, mas não permitem,

isoladamente, afirmar a ocorrência de diversificação estrutural. A compreensão do significado dessas transformações exige, portanto, ultrapassar a descrição dos indicadores produtivos e considerar os diferentes critérios a partir dos quais o próprio desenvolvimento é concebido, questão examinada na seção seguinte.

6 ESPECIALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA INTERPRETATIVA DA TRAJETÓRIA

A trajetória agrícola de Salvador das Missões evidencia que concentração, especialização e desenvolvimento não constituem categorias equivalentes. Entre 2002 e 2024, a estrutura produtiva municipal permaneceu fortemente concentrada em soja, milho e trigo, embora tenham ocorrido mudanças na participação relativa desses cultivos e oscilações no grau de concentração. A permanência dessa configuração, ao mesmo tempo em que se modifica a composição interna entre os cultivos predominantes, permite interpretar o processo não como uma transição linear entre diversificação e especialização, mas como sucessivas reconfigurações no interior de uma estrutura produtiva já especializada. A questão analítica central passa a ser, portanto, menos a constatação da especialização em si e mais o significado que essa trajetória assume a partir de diferentes concepções de desenvolvimento.

Sob a perspectiva da modernização, a especialização produtiva pode ser compreendida como parte de um processo de racionalização da produção, incorporação tecnológica e ampliação da integração aos mercados. Na formulação de Rostow (1960), o desenvolvimento está associado à passagem de estruturas tradicionais para formas econômicas caracterizadas por maior produtividade, investimento e capacidade de expansão. Embora sua abordagem não tenha sido formulada especificamente para explicar as transformações contemporâneas da agricultura familiar, essas categorias oferecem elementos para interpretar processos de racionalização produtiva e integração mercantil associados à modernização. No caso de Salvador das Missões, entretanto, a série analisada se inicia em 2002, quando importantes transformações relacionadas à modernização da agricultura já haviam ocorrido no Noroeste gaúcho, especialmente a partir da segunda metade do século XX (Rotta, 1999; 2007). Os dados analisados não registram, portanto, a passagem de uma agricultura tradicional para outra moderna, mas reconfigurações ocorridas no interior de uma estrutura agrícola já inserida na dinâmica da agricultura modernizada.

A elevada participação de soja, milho e trigo ao longo de todo o período analisado é compatível com a trajetória histórica de modernização e integração mercantil descrita para o Noroeste gaúcho, marcada pela incorporação de tecnologias, crédito, cooperativismo e crescente articulação entre agricultura, indústria e mercados (Rotta, 1999; 2007). Estudos anteriores realizados em Salvador das Missões também identificaram a importância das *commodities* e dos cultivos comerciais nas estratégias produtivas das famílias agricultoras. Entre as famílias pesquisadas, Thies (2022) verificou, particularmente para soja e trigo, redução do número de produtores simultaneamente ao aumento da área cultivada e da área média por família, enquanto Thies, Grisa e Gazolla (2023) identificaram incremento da produção de *commodities* e de outros cultivos comerciais entre 2002 e 2017. Nesse sentido, a persistência da elevada concentração observada entre 2002 e 2024 pode ser interpretada em conexão com uma estrutura produtiva historicamente constituída no contexto mais amplo da modernização agrícola regional.

Essa interpretação, contudo, não autoriza equiparar modernização produtiva e desenvolvimento. A perspectiva de Rostow permite compreender a importância atribuída à produtividade, ao investimento e à integração econômica nos processos de modernização, mas oferece alcance limitado para examinar as condições estruturais sob as quais ocorre essa inserção econômica e mercantil. É nesse aspecto que a abordagem de Furtado introduz uma dimensão fundamental para a análise: a natureza das transformações estruturais associadas ao processo de desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento não se confunde com crescimento ou modernização, pois envolve transformações estruturais capazes de modificar qualitativamente a organização econômica e ampliar a capacidade de uma sociedade orientar seu próprio processo de desenvolvimento (Furtado, 1986; 2000).

A partir dessa perspectiva, as oscilações observadas no HHI assumem significado particular. A redução do índice não representa, por si mesma, uma transformação estrutural da agricultura municipal. Entre 2016 e 2024, por exemplo, ocorreu uma desconcentração relativa da área entre os cultivos, mas soja, milho e trigo continuaram respondendo conjuntamente por mais de 94% da área considerada ao final da série (IBGE, 2025). A redistribuição da participação entre cultivos que permanecem predominantes pode, portanto, representar uma reconfiguração interna da especialização, e não necessariamente sua superação. Essa distinção é relevante porque impede que uma redução do indicador de concentração seja automaticamente interpretada como diversificação estrutural ou, em sentido mais amplo, como evidência de desenvolvimento.

A perspectiva de Furtado permite orientar a análise para a natureza das transformações da estrutura produtiva, para além da quantidade de atividades existentes. A presença de mais de vinte cultivos em diferentes momentos da série demonstra que diversidade de produtos e diversificação estrutural não são necessariamente equivalentes. Em Salvador das Missões, a existência de numerosos cultivos coexistiu com forte concentração da área em soja, milho e trigo (IBGE, 2025). Nessa perspectiva, o aspecto relevante não é apenas quantos cultivos compõem a agricultura municipal, mas em que medida as mudanças observadas alteram qualitativamente sua estrutura e suas formas de inserção econômica. Os dados analisados permitem identificar a persistência da especialização e suas reconfigurações, mas não são suficientes, isoladamente, para determinar os graus de dependência, autonomia ou capacidade de decisão dos agricultores e do território.

A perspectiva de Sen (2010) amplia o critério de avaliação do desenvolvimento ao questionar a suficiência dos indicadores econômicos e produtivos para caracterizá-lo. Se o desenvolvimento é compreendido como expansão das liberdades substantivas e das capacidades das pessoas para viverem de acordo com aquilo que valorizam, o desempenho produtivo deixa de constituir um fim em si mesmo. Considerando o caso analisado, essa perspectiva evidencia que a composição agrícola e o HHI não permitem determinar se a especialização ampliou ou restringiu as capacidades das famílias agricultoras. Permite, contudo, reconhecer os limites de uma avaliação do desenvolvimento baseada exclusivamente na modernização, na integração mercantil ou no comportamento dos indicadores produtivos.

Essa limitação torna-se particularmente relevante no contexto da agricultura familiar, em que as decisões produtivas se articulam às estratégias de reprodução social, às fontes de renda e à produção destinada ao autoconsumo. Estudos longitudinais realizados com famílias agricultoras de Salvador das Missões identificaram, entre 2002 e 2017, simultaneamente, ampliação da produção de *commodities* e de outros cultivos comerciais e redução da

importância absoluta e relativa da produção para autoconsumo (Thies; Grisa; Gazolla, 2023). Esses resultados não permitem estabelecer uma relação causal entre especialização produtiva e redução do autoconsumo, mas evidenciam que as transformações na produção coexistem com mudanças em outras dimensões da reprodução familiar. A partir da concepção de desenvolvimento de Sen (2010), essas constatações reforçam a importância de considerar, em análises que incorporem essas dimensões, em que medida diferentes configurações produtivas se relacionam com as opções, capacidades e possibilidades efetivas de escolha das famílias rurais.

As três perspectivas conduzem, assim, a leituras distintas, mas analiticamente complementares, da trajetória observada. A partir da perspectiva da modernização, a configuração produtiva pode ser examinada em termos de racionalização, incorporação tecnológica e integração aos mercados. A perspectiva estruturalista desloca a atenção para a natureza das transformações e permite questionar se mudanças na composição representam efetiva diversificação estrutural ou apenas reconfigurações internas de uma estrutura especializada. A abordagem do desenvolvimento como liberdade amplia o campo de análise ao considerar que o desenvolvimento não pode ser avaliado exclusivamente pelas transformações produtivas, devendo incorporar as oportunidades, capacidades e liberdades substantivas das pessoas (Sen, 2010). Tomadas em conjunto, essas perspectivas evidenciam que uma mesma trajetória produtiva pode assumir significados distintos conforme os critérios utilizados para compreender e avaliar o desenvolvimento.

A trajetória de Salvador das Missões sugere, portanto, que a análise da especialização produtiva requer distinguir pelo menos três dimensões: o grau de concentração da estrutura produtiva, as mudanças em sua composição interna e os critérios utilizados para atribuir significado a essas transformações. Uma estrutura pode apresentar desconcentração relativa sem que isso represente diversificação estrutural; pode manter elevado grau de especialização ao mesmo tempo em que se altera a participação relativa de seus principais cultivos; e pode apresentar modernização e integração mercantil sem que esses processos sejam, por si mesmos, suficientes para caracterizar desenvolvimento. A principal implicação analítica consiste, assim, em evitar que variações nos indicadores produtivos sejam tomadas automaticamente como indicadores de desenvolvimento.

Nesse sentido, o caso analisado evidencia os limites de uma leitura linear das transformações agrícolas. Entre 2002 e 2024, Salvador das Missões não percorreu uma trajetória simples de diversificação para especialização, nem a redução recente do HHI permite afirmar a superação da especialização produtiva. O que os dados revelam é a persistência de uma estrutura especializada submetida a sucessivas reconfigurações internas. Avaliar o significado dessas transformações em termos de desenvolvimento exige, portanto, explicitar a concepção que orienta essa análise, seja privilegiando a modernização e a integração produtiva, a natureza das transformações estruturais ou a ampliação das capacidades e liberdades. Essa distinção permite compreender por que modernização produtiva e desenvolvimento, embora possam estar relacionados, não constituem categorias equivalentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a trajetória de concentração e reconfiguração da produção agrícola de Salvador das Missões/RS, entre 2002 e 2024, buscando compreender seu significado a partir de diferentes concepções de desenvolvimento. A incorporação da análise empírica permitiu evidenciar que a estrutura produtiva municipal permaneceu fortemente concentrada ao longo de todo o período, sobretudo em soja, milho e trigo, embora tenham ocorrido alterações na participação relativa desses cultivos e oscilações no grau de concentração.

Os resultados mostram que essa trajetória não pode ser caracterizada como uma passagem linear de uma estrutura diversificada para outra especializada. A especialização já estava presente no início da série, quando soja, milho e trigo respondiam conjuntamente por 95,50% da área considerada, e permaneceu como característica da estrutura produtiva até 2024, quando esses cultivos representavam 94,17%. O comportamento do HHI revelou, entretanto, diferentes momentos ao longo da série, com menor concentração em 2010, intensificação entre 2014 e 2017 e valor máximo em 2016, seguida por desconcentração relativa nos anos posteriores. Essa redução não significou, contudo, superação da especialização, uma vez que a estrutura continuou fortemente concentrada nos mesmos três cultivos predominantes.

A análise também evidenciou que diversidade de cultivos e diversificação estrutural não constituem necessariamente o mesmo fenômeno. A presença de mais de vinte cultivos em diferentes momentos da série coexistiu com elevada concentração da área em soja, milho e trigo. Da mesma forma, valores semelhantes do HHI podem corresponder a composições internas distintas. Esses resultados demonstram a importância de analisar conjuntamente o grau de concentração, a composição da estrutura produtiva e suas mudanças ao longo do tempo, evitando interpretar isoladamente a variação de um indicador como evidência suficiente de diversificação.

A interpretação da trajetória a partir das diferentes concepções de desenvolvimento permitiu, por sua vez, evidenciar que modernização produtiva e desenvolvimento não constituem categorias equivalentes. A perspectiva da modernização possibilita compreender a racionalização produtiva e a integração aos mercados como dimensões das transformações econômicas ocorridas no meio rural. A abordagem de Furtado amplia essa leitura ao direcionar a atenção para a natureza das transformações estruturais, permitindo distinguir desconcentração relativa de efetiva diversificação da estrutura produtiva. A contribuição de Sen acrescenta outro limite à avaliação estritamente produtiva ao indicar que o desenvolvimento envolve capacidades e liberdades que não podem ser apreendidas exclusivamente por indicadores de produção, concentração ou integração mercantil.

A principal contribuição do estudo consiste, assim, em demonstrar, a partir de uma trajetória empírica concreta, a necessidade de distinguir concentração, especialização, diversificação, modernização e desenvolvimento. O caso de Salvador das Missões mostra que uma estrutura produtiva pode apresentar reconfigurações e períodos de desconcentração relativa sem romper com um padrão persistente de especialização. Consequentemente, alterações na composição produtiva ou no HHI não devem ser tomadas, isoladamente, como evidências de transformação estrutural ou de desenvolvimento. A interpretação desses processos depende dos critérios mobilizados para definir o próprio desenvolvimento e das dimensões consideradas em sua avaliação.

O estudo apresenta, contudo, limites decorrentes da própria natureza dos dados utilizados. As informações da PAM/SIDRA permitem examinar a composição da estrutura agrícola e sua concentração ao longo do tempo, mas não possibilitam avaliar diretamente as condições de autonomia das famílias agricultoras, suas capacidades de decisão, as formas de inserção nos mercados ou os efeitos das transformações produtivas sobre sua reprodução social e alimentar. Investigações futuras podem articular a trajetória produtiva identificada a dados obtidos junto às famílias rurais, permitindo examinar como diferentes graus e formas de especialização se relacionam com estratégias de reprodução social, autonomia, produção para autoconsumo e outras dimensões das condições de vida no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: IICA, 2000.
- COSTAMAGNA, P. **Política y formación en el desarrollo territorial.** Aportes al enfoque pedagógico y a la investigación acción con casos de estudio en Argentina, Perú y País Vasco. Bilbao: Orkestra-Publicaciones Universidad Deusto, 2015.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qCS5FF9gRpxwDgv9MQYkN7C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun de 2025.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** 3. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em: 26 maio 2026.
- MILVERSTET, M. S.; FACHINELLO, A. L. Análise da concentração produtiva na agropecuária catarinense no período de 1996 a 2016. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 170-203, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2019v22n1p170>. A obra é efetivamente a utilizada no artigo para especialização/concentração e HHI.
- ODERICH, E. H.; ELIAS, L. P.; WAQUIL, P. D. Efeitos locais da expansão do Agronegócio no Brasil: diferentes discursos em nível nacional e dinâmicas socioeconômicas relacionadas no Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 9. 2019. Santa Cruz do Sul, RS. **Anais...** Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19373>. Acesso em: 16 ago. 2025.

OLIVEIRA, P. A. et al. Indicadores de especialização produtiva agropecuária para caracterização de municípios do estado de São Paulo (Brasil). **Cuyonomics. Investigaciones en Economía Regional**, v. 5, n. 7, p. 105-125, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48162/rev.42.029>.

PIEDRA-BONILLA, E. B.; BRAGA, C. A. S.; BRAGA, M. J. Diversificação agropecuária no Brasil: conceitos e aplicações em nível municipal. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 1-28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25070/rea.v18i1.9501>.

ROSTOW, W. W. **As etapas do crescimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

ROTTA, E. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. 2007. Tese (Doutorado) - Faculdade de Serviço Social, Escola de Humanidades, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento**: análise de um "modelo" de interação entre regional e global. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1999.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THIES, V. F. **Desagrarização e concentração produtiva: análise longitudinal das trajetórias da agricultura familiar nas Missões do RS**. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

THIES, V. F. **Transformações da agricultura familiar em Salvador das Missões no início do século XXI**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36229/978-65-5866-202-0>.

THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Desagrarização e agrarização da agricultura familiar em Salvador das Missões – Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 1, e245689, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245689>.

THIES, V. F.; GRISA, C.; GAZOLLA, M. Trajetórias da produção agrícola e do autoconsumo na agricultura familiar de Salvador das Missões/RS: uma análise longitudinal entre os anos de 2002 e 2017. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 26, n. 65, p. 137-161, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v26i65.9184>.